Zurich Brasil Capitalização S.A.

CNPJ/MF nº 17.266.009/0001-41 – NIRE 35.300.463.854

Relatório da Administração

Senhores Acionistas

Submetemos à V.Sas. as Demonstrações financeiras individuais da **Zurich Brasil Capitalização S.A.**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, associadas às normas e instruções dos órgãos reguladores e supervisores aplicáveis às operações de seguros, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, Relatório do Comitê de Auditoria e Relatório dos Auditores Independentes.

Conforme legislação societária fica assegurado aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido anual ajustado.

Investimentos

Os investimentos, que são ativos garantidores das provisões técnicas, composto por títulos de renda fixa e quotas de fundos de investimentos atingiram ao final do exercício, o montante de R$ 13.317. Os ativos financeiros estão classificados na categoria "Disponível para Venda" e "Ao Valor Justo por Meio do Resultado" em atendimento a Circular SUSEP nº483 de 2014. Todos os ativos financeiros estão vinculados às câmaras de liquidação (SELIC e CETIP) e são 100% oferecidos como ativos garantidores.

Desempenho Operacional

A Zurich Brasil Capitalização S.A. apresentou no exercício de 2014 um lucro líquido de R$ 661 mil (prejuízo líquido de R$ 85 mil em 31 de dezembro de 2013). Os ativos totais atingiram o montante de R$ 24.449 mil ao final do exercício de 2014 (R$ 22.749 mil em 31 de dezembro de 2013), enquanto que o patrimônio líquido atingiu R$ 22.293 mil (R$ 21.782 mil em 31 de dezembro de 2013).

As despesas administrativas atingiram R$ 872 mil ao final do exercício de 2014 (R$ 1.000 mil em 31 de dezembro de 2013).

Controles Internos e *Compliance*

O Grupo Zurich a mantém independente para atendimento aos requerimentos legais, regulatórios e exigências e controles requeridos pelo Grupo. É de responsabilidade do departamento de *Compliance* a implementação de políticas internas, o acompanhamento da implementação de novas leis e regulamentações e as atividades da empresa, para garantir segurança jurídica à sua Diretoria e ao seu Conselho Administrativo. Também é de responsabilidade do *Compliance* a elaboração de treinamentos, visando à criação de uma cultura de *Compliance* na empresa e o monitoramento do cumprimento dos *standards* do Grupo Zurich.

Perspectivas

O Grupo Zurich mantém suas expectativas positivas quanto ao crescimento sustentável da economia brasileira, como afirmam seus crescentes investimentos no mercado segurador e ressegurador com foco em: aquisições, parcerias estratégicas na distribuição de produtos, desenvolvimento de produtos adequados à realidade brasileira e mais competitivos. Somam-se a estes os crescentes investimentos em Tecnologia da Informação e Marketing, importantíssimos para o processamento de alto nível e a prestação de serviços de excelência em qualidade e valor, conforme os padrões globais da Zurich.

Na opinião da Administração estes crescentes investimentos aliados ao foco estratégico nos clientes, sobretudo em suas necessidades e desejos, trarão a escala e a eficácia operacionais necessárias à concretização das metas do Grupo Zurich, que por meio desta sinergia, as expectativas positivas se estendem também para a Seguradora.

Agradecimentos

A Zurich Brasil Capitalização S.A. agradece à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP pelo apoio e orientações obtidas. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015.

A Administração

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Valores expressos em milhares de reais)*

Ativo	Nota explicativa	2014	2013
Circulante		**16.669**	**20.855**
Disponível		**2.184**	**49**
Caixa e bancos	5	2.184	49
Aplicações	6	**13.317**	**20.421**
Créditos das operações de capitalização	7	**69**	–
Créditos das operações capitalização		69	–
Títulos e créditos a receber	9	**982**	**385**
Créditos tributários e previdenciários		982	385
Custos de Aquisição Diferidos		**117**	–
Não Circulante		**7.780**	**1.894**
Intangível	8	**7.780**	**1.894**
Outros intangíveis		7.780	1.894
Total do Ativo		**24.449**	**22.749**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	2014	2013
Circulante		**2.156**	**967**
Contas a pagar		**803**	**967**
Obrigações a pagar		353	231
Impostos e contribuições		450	–
Outras contas a pagar		–	736
Débitos de operações com capitalização		**389**	–
Provisões técnicas – capitalização	10	**964**	**–**
Provisão para resgates		650	–
Provisão para sorteio		303	–
Outras provisões		11	–
Patrimônio líquido		**22.293**	**21.782**
Capital social	11	21.867	21.867
Reservas de lucros		439	–
Ajuste de avaliação patrimonial		(13)	–
Prejuízos acumulados		–	(85)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**24.449**	**22.749**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro *(Valores expressos em milhares de reais, exceto o resultado básico por ação)*

	Nota explicativa	2014	2013
Receita Líquida com Títulos de Capitalização		**1.961**	–
Arrecadação com títulos de capitalização	12, a	2.424	–
Variação da provisão para resgate		(463)	–
Variações das Provisões Técnicas		**(11)**	–
Resultado com Sorteio	12, a	**(302)**	–
Custos de Aquisição	12, a	**(1.343)**	–
Despesas Administrativas		**(872)**	**(1.000)**
Serviços de terceiros		(56)	(80)
Localização e funcionamento		(600)	–
Publicações		–	(90)
Donativos e contribuições		(31)	–
Serviços compartilhados	13	(135)	(830)
Despesas administrativas diversas		(50)	–
Despesas com Tributos	12, b	**(192)**	–
Resultado Financeiro	12, c	**1.860**	**871**
Receita financeira		2.048	954
Despesa financeira		(188)	(83)
Resultado Operacional		**1.101**	**(129)**
Resultado antes dos Impostos e Contribuições		**1.101**	**(129)**
Imposto de renda	9, a	(271)	32
Contribuição social	9, a	(169)	12
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício		**661**	**(85)**
Quantidade de Ações		21.867.173	21.867.173
Resultado Básico por Ação em R$		0,030	(0,004)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Valores expressos em milhares de reais)*

	Capital social	Capital a integralizar	Capital em aprovação	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
Constituição da empresa em 23/10/2012 (não auditada)	–	**(5)**	**5**	–	–	–	–
Aumento de capital:							
Alteração do contrato social em 28/02/2013	–	–	2.194	–	–	–	2.194
Alteração do contrato social em 12/07/2013	–	5	19.668	–	–	–	19.673
Portaria SUSEP nº 5.664 de 23/12/2013	21.867	–	(21.867)	–	–	–	–
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(85)	(85)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**21.867**	–	–	–	–	**(85)**	**21.782**
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–	(13)	–	(13)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	661	661
Proposta para destinação do resultado:							
Reserva legal	–	–	–	29	–	(29)	–
Dividendos	–	–	–	–	–	(137)	(137)
Reservas estatutárias	–	–	–	495	–	(495)	–
Absorção prejuízo com reserva legal ou estatutária	–	–	–	(85)	–	85	–
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**21.867**	–	–	**439**	**(13)**	–	**22.293**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro *(Valores expressos em milhares de reais)*

	2014	2013
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	**661**	**(85)**
Ajuste de avaliação patrimonial	(21)	–
Efeito tributário do ajuste de avaliação patrimonial	8	–
Total do resultado abrangente do exercício	**648**	**(85)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto exercícios findos em 31 de dezembro *(Valores expressos em milhares de reais)*

Atividades operacionais	2014	2013
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	661	(85)
Ajustes para:		
Amortizações	508	–
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	7.091	(20.421)
Créditos das operações de capitalização	(69)	–
Créditos tributários e previdenciários	(597)	(341)
Ativo fiscal diferido	–	(44)
Custo de Aquisição Diferidos	(117)	–
Obrigações a pagar	122	231
Impostos e contribuições	450	–
Outras contas a pagar	(736)	736
Débitos de operações com capitalização	389	–
Provisões técnicas – capitalização	964	–
Caixa gerado/(consumido) pelas Operações	**8.666**	**(19.924)**
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra de ativo permanente Intangível	(6.394)	(1.894)
Caixa consumido nas atividades de investimento	**(6.394)**	**(1.894)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	–	21.867
Distribuição de dividendos	(137)	–
Caixa (consumido)/gerado nas atividades de financiamento	**(137)**	**21.867**
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**2.135**	**49**
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**2.135**	**49**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	49	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.184	49

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Zurich Brasil Capitalização S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, que tem como objetivo social a exploração de planos de capitalização em todo o território nacional.

O capital social da Companhia é constituído por 21.867.173 (21.867.173 em 31 de dezembro de 2013) ações ordinárias divididas em dois acionistas. A Seguradora Zurich Insurance Company Ltd., sediada na Suíça, possui 99,9999% das ações enquanto que a Zurich Life Insurance Company Ltd., sediada também na Suíça, possui 0,00001%. Os acionistas são sociedades devidamente constituídas sob as leis da Suíça.

A Companhia foi constituída em 23 de outubro de 2012 com a razão social "Zurich Cap Participações Ltda.". Em 23 de dezembro de 2013, a SUSEP, através da Portaria nº 5.664, publicada em 26 de dezembro de 2013 no Diário Oficial da União, concedeu a referida autorização para a Companhia, aprovando a transformação do tipo societário para sociedade anônima Zurich Brasil Capitalização S.A.

A Companhia, durante o exercício de 2013, não operou com títulos de capitalização, portanto, não constam nas demonstrações financeiras individuais valores relacionados às operações de capitalização.

As demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Administração, em 25 de fevereiro de 2015.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão definidas abaixo.

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (11.638/07), em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e contemplam as alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 483/2014.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias disponíveis para venda e avaliados ao valor justo através do resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Companhia em curso normal.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

A demonstração do fluxo de caixa está sendo apresentada pelo método indireto, de acordo com o anexo III da circular SUSEP nº 483/14. Para efeito com comparabilidade, as demonstrações financeiras estão sendo demonstradas levando em consideração o exercício de 2014 e de 2013.

2.2. Moeda funcional e transação com moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional") sendo assim, a moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o real. Todas as transações, os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que ocorrem, e posteriormente sofrem variações cambiais de acordo com a taxa de fechamento do Banco Central do Brasil. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado do exercício.

2.3. Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Ativos financeiros

(a) Classificação

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, independentemente da sua data de vencimento.

(ii) Títulos disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são contabilizados no ativo circulante ou não circulante de acordo com sua data de vencimento.

As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou chegue ao vencimento, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Títulos de Capitalização" e "Títulos e créditos a receber". Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para *impairment* (recuperação) no mínimo anualmente.

(b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. As aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, acrescidas dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras" no período em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber pagamentos.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização.

(c) Redução ao valor recuperável (*impairment)* de ativos financeiros

(i) Ativos contabilizados ao custo amortizado

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor incluem, mas não se limitam a:

- dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira;

As perdas decorrente do "teste de *impairment*" são reconhecidas no resultado e refletidas em contas redutoras dos ativos correspondentes. Estas perdas representam a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

(ii) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. Para os títulos da dívida, a Companhia usa os mesmos critérios utilizados para os ativos negociados ao custo amortizado. No caso de ações classificadas como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo – medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por redução do seu valor recuperável sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo – será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Perdas por *impairment* em ações reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas. Se, em um período subsequente, o valor justo de instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e

continua …

imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

Zurich Brasil Capitalização S.A.

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por *impairment* ter sido reconhecido em lucro ou prejuízo, o prejuízo por *impairment* é revertido por meio da demonstração do resultado.

(d) Instrumentos financeiros derivativos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia não negociou instrumento financeiros derivativos.

2.5. Intangível

O ativo intangível é constituído por software e pela aquisição do canal de vendas do Banco Mercantil do Brasil S.A. As amortizações estão sendo calculadas pelo método linear com base nas taxas de amortização informadas na Nota 8(a) e pelo período do contrato do canal de distribuição.

2.6. *Impairment* de ativos não-financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para *impairment* no mínimo anualmente e/ou quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC 01/(R1) como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Companhia consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs).

2.7. Provisões técnicas – capitalização

A Companhia comercializa o produto de capitalização da modalidade de incentivo e tradicional, sendo a receita reconhecida por ocasião da emissão dos títulos.

(a) Provisão Matemática para Capitalização

É calculada sobre o valor nominal dos títulos de capitalização, e atualizada com base em Notas Técnicas Atuariais aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

(b) Provisão para Sorteios a Realizar

É calculado sobre o valor nominal dos títulos, com base em Notas Técnicas Atuariais aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e a baixa da provisão para sorteio a realizar registrada pelo valor equivalente ao risco decorrido, ou seja, o saldo da provisão para sorteio a realizar representa os valores custeados dos sorteios ainda não realizados.

(c) Provisão de Despesas Administrativas

É constituída com o objetivo de refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

(d) Taxa de carregamento

O quadro abaixo apresenta as taxas de carregamentos dos principais produtos comercializados pela Companhia.

Plano	Pagamento	% Cota de carregamento
Tradicional	1º ao 3º	81,54434
	4º ao 10º	21,54434
	11º ao 38º	30,0000
	39º	27,32024
	40 ao 84º	–
Incentivo 03	1º	20,12440
Incentivo 07	1º	15,12378

2.8. Principais tributos

A contribuição social foi constituída pela alíquota de 15% e o imposto de renda foi constituído pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedem R$ 240 no exercício.

Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são registrados no exercício de ocorrência do fato e são calculados com alíquotas de 25% e 15% para o IRPJ e CSLL respectivamente. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributário futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser compensadas, em conformidade com a Circular SUSEP nº 483/14.

As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

2.9. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.10. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.11. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, observando o critério "*Pro-rata Die*".

As receitas de capitalização são reconhecidas no resultado a partir da data de emissão quando se trata de produtos de pagamento único (PU) ou da 1ª parcela de produto de pagamento mensal (PM) e recebimento dos títulos de capitalização nas demais parcelas de produtos (PM) ou de pagamentos periódicos (PP). O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanham a forma de contabilização da receita.

2.12. Demonstração de resultados abrangentes

A demonstração dos resultados abrangentes está sendo apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos CPC's.

2.13. Lucro líquido básico por ação

O lucro por ação básico da Companhia para o período é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média de ações da Companhia de acordo com os requerimentos do CPC 41.

2.14. Normas contábeis, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente

IFRS 9, "Instrumentos Financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros.

Aguardando aprovação desta norma pela SUSEP e CPC.

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 (conversão da MP nº 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e COFINS e dispõe sobre a revogação expressa do Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais. A Companhia não optou pela antecipação dos efeitos da Lei nº 12.973 em 2014, os quais são obrigatórios a partir do período-base de 2015.

Foi publicada em 12 de dezembro de 2014 a Resolução CNSP nº 317 que dispõe sobre os critérios de apuração do capital de risco baseado no risco de mercado. A Resseguradora se adequará a partir de 2016 como previsto na resolução.

Em 09 de janeiro de 2015 a SUSEP publicou a Circular nº 508 que dispõe sobre alterações nas normas contábeis a partir de 01 de janeiro de 2015. A Companhia está analisando as modificações necessárias a fim de atender a solicitação.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Algumas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas.

À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado e as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de provisões técnicas de capitalização e as estimativas utilizadas para o cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros.

Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de capitalização

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de capitalização da Companhia representam a área onde a Companhia aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância.

A Companhia utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e atuários da Companhia para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de suas obrigações.

(b) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros

A Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Companhia aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os créditos das operações de capitalização.

A Companhia segue as orientações do CPC 38 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Companhia avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

4. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia.

A Companhia considera ainda que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e também em função da globalização dos negócios. Por essa razão, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas internacionalmente, devidamente adaptadas à nossa realidade.

Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado.

No sentido amplo, o processo de governança corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia e proteger os *stakeholders*, a exemplo de acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor à empresa e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de controles internos e *compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Companhia permite que os riscos de crédito, liquidez, operacional e mercado sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um departamento específico, denominado *Risk Management*, com o intuito de obter sinergia entre estas atividades na Companhia, tendo por atribuição assessorar a alta Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limite de exposição a riscos no âmbito do consolidado econômico financeiro.

(a) Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia.

As áreas-chave em que a Companhia está exposta ao risco de crédito são:

- Ativos financeiros.
- Créditos das operações de capitalização.

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não 'impaired'	2014
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	2.184	**2.184**
Ao valor justo por meio do resultado (nota 6)		
Privados	3.737	**3.737**
Disponíveis para venda (nota 6)		
Públicos	9.580	**9.580**
Créditos das operações de capitalização (nota 7)	69	**69**
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de capitalização	**15.570**	**15.570**

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não 'impaired'	2013
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	49	**49**
Ao valor justo por meio do resultado (nota 6)		
Privados	20.421	**20.421**
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de capitalização	**20.470**	**20.470**

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AAA	Sem Rating	2014
Caixa e equivalentes de caixa	–	2.184	**2.184**
Ao valor justo por meio do resultado			
Privados	–	3.737	**3.737**
Disponíveis para venda			
Públicos	9.580	–	**9.580**
Créditos das operações de capitalização	–	69	**69**
Exposição máxima ao risco de crédito	**9.580**	**5.990**	**15.570**

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Sem Rating	2013
Caixa e equivalentes de caixa	49	**49**
Ao valor justo por meio do resultado		
Privados	20.421	**20.421**
Exposição máxima ao risco de crédito	**20.470**	**20.470**

Os ativos são analisados na tabela acima usando o *rating* da Standard &Poors (S&P), ou equivalente quando o da S&P não estiver disponível. A concentração do risco de crédito não alterou substancialmente comparada ao período anterior.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Companhia é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Companhia avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua.

A Companhia tem políticas de liquidez em todo o grupo de gestão e de diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

(i) Controle do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pelo departamento financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco é crucial, sobretudo para permitir à Companhia liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

(ii) Gerenciamento de Ativos e Passivos (Assets and Liabilities Management – ALM)

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Gerência Financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos.

O quadro a seguir demonstra o alinhamento entre ativos e passivos:

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2014

	0 – 3 meses	7 – 9 meses	10 – 12 meses	Total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Quotas de fundos de investimento	3.737	–	–	3.737
Títulos disponíveis para a venda				
Títulos de renda fixa públicos	–	6.840	2.740	9.580
Créditos das operações de capitalização				
Créditos das operações de capitalização	69	–	–	69
Caixa e equivalentes de caixa	2.184	–	–	2.184
Total dos ativos Financeiros	**5.990**	**6.840**	**2.740**	**15.570**
Provisões Técnicas – Capitalização	964	–	–	964
Passivos Financeiros				
Obrigações a pagar	353	–	–	353
Impostos e contribuições	450	–	–	450
Débitos das operações com capitalização	389	–	–	389
Total dos passivos financeiros	**2.156**	–	–	**2.156**

(iii) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, com base na variação da taxa Selic, conforme destacado no quadro a seguir:

			2014
	Títulos federais	Quotas de fundos de investimentos	Total
Aplicações	9.580	3.737	13.317
Selic – % a.a.	11,58	11,58	11,58
Projeção de rentabilidade – próximos 12 meses			
Cenário provável de:	1.109	433	1.542
Queda 25%	832	325	1.157
Queda 50%	555	216	771
Elevação 25%	1.387	541	1.928
Elevação 50%	1.664	649	2.313

			2013
	Títulos federais	Quotas de fundos de investimentos	Total
Aplicações	–	20.421	20.421
Selic – % a.a.	8,21	8,21	8,21
Projeção de rentabilidade – próximos 12 meses			
Cenário provável de:	–	1.677	1.677
Queda 25%	–	1.257	1.257
Queda 50%	–	838	838
Elevação 25%	–	2.096	2.096
Elevação 50%	–	2.515	2.515

Fonte SELIC: Taxas efetivas retiradas do relatório do *Santander Asset*.

(c) Risco operacional

A Companhia define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios.

A gestão de risco operacional é fundamentada na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que uniformizam o formato de coleta e tratamento dos dados históricos de perdas, e encontra-se de acordo com as melhores práticas de gestão do risco operacional.

(d) Risco de mercado

(i) Gerenciamento de risco de mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados.

(ii) Controle do risco de mercado

O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança, tendo como consequência uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e também o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas.

A principal atividade da gestão de risco de mercado é de elaborar análises de sensibilidade e simular resultados em cenários de estresse para as posições da Companhia.

O controle do risco de mercado é acompanhado pela área financeira, cujas principais atribuições são:

- definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela organização;
- analisar o cenário político-econômico nacional e internacional (envolvendo oscilação cambial);
- avaliar os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais;
- avaliar e definir os limites de VaR (*Value at Risk*) e das carteiras;
- analisar a política de liquidez;
- estabelecer limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas;
- realizar reuniões extraordinárias para análise de posições e situações em que os limites de posições ou VaR sejam ultrapassados.

Dentre as principais atividades da área de Gestão de Risco de Mercado, destacamos o acompanhamento, cálculo e análise do risco de mercado das posições, por meio da metodologia do VaR.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Para 31 de dezembro de 2014 e de 2013 foram considerados depósitos bancários e caixa.

	2014	2013
Caixa e Bancos	2.184	49
	2.184	**49**

continua …

imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

Zurich Brasil Capitalização S.A.

… continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Aplicações – circulante

(a) Classificação das aplicações

As tabelas abaixo demonstram a classificação das aplicações e os respectivos vencimentos:

Títulos e classificações	Vencimento	Taxa de juros contratadas (%)	2014	%	2013	%
Ao valor justo por meio do resultado						
Renda Fixa – quotas de fundos de investimento	Sem vencimento	Pós	3.737	28%	20.421	100%
Títulos disponíveis para venda						
Letras do Tesouro Nacional – LTN	01/07/2015	12,65 a.a.	6.840	–	–	–
Letras do Tesouro Nacional – LTN	01/10/2015	11,79 a.a.	2.740	72%	–	–
Total			**13.317**	**100%**	**20.421**	**100%**

Ao valor justo por meio do resultado	De 1 a 30 dias ou sem vencimento	De 181 a 360 dias	Valor de mercado	Ajustes de avaliação patrimonial, líquidos dos efeitos tributários	Custo Atualizado
Renda fixa – quotas de fundos de investimentos	3.737	–	3.737	–	3.737
Títulos disponíveis para venda					
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	–	9.580	9.580	(13)	9.593
Total em 31 de dezembro de 2014	**3.737**	**9.580**	**13.317**	**(13)**	**13.330**
Total em 31 de dezembro de 2013	**20.421**	**–**	**20.421**	**–**	**20.421**

(b) Estimativa do valor justo

A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

• Nível 1 – títulos com cotação em mercado ativo.

• Nível 2 – títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

			2014
Ao valor justo por meio do resultado	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Renda fixa – quotas de fundos de investimentos	–	3.737	3.737
Títulos disponíveis para venda			
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	9.580	–	9.580
Total aplicações	**9.580**	**3.737**	**13.317**

			2013
	Nível 1	**Nível 2**	**Total**
Ao valor justo por meio do resultado			
Renda fixa – quotas de fundos de investimentos	–	20.421	20.421
Total aplicações	**–**	**20.421**	**20.421**

(c) Movimentação das aplicações financeiras

	Saldo em 2013	Aplicações	Resgates	Retenção IR	Juros e Atualização monetária	Saldo em 2014
Quotas de Fundos de Investimento	20.421	337	(18.047)	(75)	1.101	3.737
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	–	18.596	(9.906)	–	890	9.580
Total	**20.421**	**18.933**	**(27.953)**	**(75)**	**1.991**	**13.317**

	Saldo em 2012	Aplicações	Resgates	Retenção IR	Juros e Atualização monetária	Saldo em 2013
Quotas de Fundos de Investimento	–	23.710	(4.125)	(118)	954	20.421
Total	**–**	**23.710**	**(4.125)**	**(118)**	**954**	**20.421**

d) Instrumentos financeiros por categoria

						2014
Ativos financeiros	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**%**	**Disponível para venda**	**%**	**Empréstimos e recebíveis**	**%**
Aplicações financeiras	3.737	100,00%	9.580	100,00%	–	–
Créditos das operações de capitalização	–	–	–	–	69	7%
Títulos e créditos a receber	–	–	–	–	982	93%
	3.737	**100,00%**	**9.580**	**100,00%**	**1.051**	**100,00%**

						2013
Ativos financeiros	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**%**	**Disponível para venda**	**%**	**Empréstimos e recebíveis**	**%**
Aplicações financeiras	20.421	100,00%	–	–	–	–
Títulos e créditos a receber	–	–	–	–	385	100%
	20.421	**100%**	**–**	**–**	**385**	**100%**

7. Créditos das operações de capitalização

(a) Movimentação de créditos das operações de capitalização

Saldo em 31 de dezembro de 2013	**–**
Títulos comercializados	2.424
Recebimentos	(2.355)
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (*)	**69**

(*) Referem-se a créditos a vencer em até 30 dias.

8. Demais ativos – não circulante

(a) Intangível

			2014	2013	Taxa de amortização
Descrição	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Saldo**	**Saldo**	**ao ano– %**
Software (i)	1.988	(298)	1.690	1.894	10%
Canal de distribuição (ii)	6.300	(210)	6.090	–	10%
	8.288	**(508)**	**7.780**	**1.894**	

(i) Refere-se ao projeto local *"ZurichCap"* para operação de capitalização, sendo o início de amortização em maio de 2014, mês de emissão do primeiro título.

(ii) Contrato com prazo de 10 anos de distribuição, celebrado em 26 de maio de 2014, entre a Zurich Brasil Capitalização S.A. e Banco Mercantil do Brasil S.A. Iniciado a amortização em setembro de 2014, período efetivo da comercialização dos títulos de capitalização.

Abaixo demonstramos a movimentação do saldo do intangível:

Descrição	Software	Canal de distribuição	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	–	–	–
Aquisições	1.894	–	1.894
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**1.894**	**–**	**1.894**
Aquisições	94	6.300	6.394
Amortizações	(298)	(210)	(508)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**1.690**	**6.090**	**7.780**

9. Imposto de renda e contribuição social

Descrição	2014	2013
Créditos tributários	9	44
IRPJ e CSLL a compensar	504	128
Antecipação de IRPJ e CSLL	469	213
Total de créditos tributários e previdenciários – circulantes	**982**	**385**

(a) Apuração do imposto de renda e contribuição social

Descrição	2014	2013
Resultado antes dos impostos	1.101	(129)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente (i).	(416)	44
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(31)	–
Outros	7	–
Imposto de renda e contribuição social	(440)	44

(i) De acordo com 2ª Ata de alteração do contrato social da Companhia, em 26 de março de 2014 foi protocolada na JUCESP a transformação do tipo societário da Companhia em Sociedade por Ações, a alteração da denominação social da sociedade de Zurich Cap Participação Ltda. para Zurich Brasil Capitalização S.A. e a alteração do objeto social da Companhia. Dessa forma, na data supracitada a qualificação da pessoa jurídica foi alterada para sociedade Companhia, de Capitalização ou Entidade Aberta de Previdência Complementar. Até 26 de março de 2014 vigoraram as alíquotas do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 9% respectivamente.

(b) Ativos e Passivos Fiscais

Natureza e origem dos créditos tributários

Sobre prejuízo fiscal	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2014
Prejuízo fiscal	(44)	–	(44)	–
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal	**(44)**	–	**(44)**	–
Créditos não registrados sobre prejuízo fiscal	–	–	–	–
Saldo dos créditos tributários registrados sobre prejuízo fiscal	**(44)**	–	**(44)**	–
Total dos créditos tributários	**(44)**	–	**(44)**	–
Créditos não registrados	–	–	–	–
Saldo dos créditos tributários registrados	**(44)**	–	**(44)**	–

10. Provisões técnicas – capitalização

	2014
Provisão matemática para capitalização	650
Provisão para sorteio a realizar	93
Provisão para sorteio a pagar	210
Provisão para despesas administrativas	11
Total	**964**
(a) Movimentação das provisões técnicas – capitalização	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**–**
Constituição	776
Juros e atualização moneterária	188
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**964**

(b) Garantias das provisões técnicas

Os valores contábeis vinculadas a SUSEP em coberturas de provisões técnicas são os seguintes:

	2014
Total das provisões técnicas a ser coberto	**964**
Ativos oferecidos em garantia	
Letras Tesouro Nacional (LTN)	9.580
Renda fixa – quotas de fundos de investimentos	3.737
Total dos ativos oferecido em garantia	**13.317**
Suficiência de garantia das provisões técnicas	**12.353**

11. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 por 21.867.173 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cujo os montantes somam R$ 21.867 em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

(b) Reservas de lucros	2014
Reserva legal	29
Reserva estatutária	410
Reservas de lucros	**439**

(i) A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, sendo calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social, e poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital social.

(ii) A reserva estatutária refere-se ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, o qual, por proposta da Administração, está retido nos termos da lei societária. Sua destinação será submetida à deliberação da Assembleia Geral.

(c) Dividendos propostos

São assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com a legislação societária.

	2014
Lucro líquido do exercício	661
Prejuízos acumulados	(85)
Reserva Legal (5%)	(29)
Lucro líquido do exercício ajustado	547
Dividendos Propostos (25%)	**137**

(d) Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

Descrição	2014	2013
Patrimônio líquido	22.293	21.782
Créditos tributários sobre prejuízos fiscais	–	(44)
Ativos intangíveis	(7.780)	(1.894)
Patrimônio líquido ajustado	14.513	19.844
Capital base (a)	10.800	10.800
Capital adicional baseado no risco de subscrição	1.738	–
Capital adicional baseado no risco de crédito	87	128
Capital adicional baseado no risco operacional	13	1
Benefício da diversificação	(42)	–
Capital base de risco (b)	1.796	129
Capital Mínimo Requerido (maior entre (a) e (b)).	10.800	10.800
Suficiência de capital	**3.713**	**9.044**

Companhia apurou o Capital Mínimo Requerido considerando a data base de 31 de dezembro de 2014 e de 2013, utilizando em seus cálculos os fatores constantes dos Anexos da Resolução CNSP 280/13, alterada pela Resolução CNSP 302/13, apresentando suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado.

12. Detalhamento das principais contas das demonstrações do resultado

(a) Arrecadação com títulos de capitalização por modalidade

			2014
Modalidade	**Arrecadação**	**Sorteios**	**Comissionamento**
Incentivo	366	(113)	(203)
Tradicional	2.058	(189)	(1.140)
Total	2.424	(302)	(1.343)

(b) Despesas com tributos	2014	2013
COFINS	(129)	–
PIS	(21)	–
Taxa de fiscalização	(42)	–
Total despesas com tributos	**(192)**	**–**

(c) Resultado financeiro	2014	2013
Rendimento das aplicações de renda fixa	2.013	954
Receita com atualização de crédito tributário	35	–
Despesas financeiras com operações de capitalização	(188)	–
IOF	–	(83)
Total resultado financeiro	**1.860**	**871**

13. Partes relacionadas

A Zurich Brasil Capitalização S.A. teve transação de despesas administrativas compartilhadas com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A.:

	2014		2013	
Valores a pagar:	**Ativo e passivo**	**Receitas e despesas**	**Ativo e passivo**	**Receitas e despesas**
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	–	–	736	–
Despesas:				
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	–	(135)	–	(830)

Os valores de remuneração dos administradores da Zurich Brasil Capitalização S.A. fazem parte das demonstrações financeiras da Zurich Minas Brasil Seguros S.A., devido ao compartilhamento da Administração.

14. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras.

Diretores

Richard Emiliano Soares Vinhosa **Flavio de Moura Bisaggio**

Ivanyra Maura de Medeiros Correia **Marcio Benevides Xavier** **Edgardo Gabriel Bugallo**

Contador

Luiz Henrique Machado de Azambuja – CRC 114031/SP

Atuário

Marcelo de Figueiredo – MIBA 1333

Comitê de Auditoria

Introdução

O Comitê de Auditoria (o "Comitê") da Zurich Brasil Capitalização S.A. ("Companhia") é constituído nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP nº 118/04, tendo o seu regulamento revisado e aprovado pelo Conselho de Administração da Seguradora.

Compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração na supervisão (i) da qualidade e integridade das demonstrações financeiras, (ii) do cumprimento pela Companhia das exigências legais e regulamentares, (iii) das habilitações e independência dos Auditores Externos, (iv) do desempenho da função da auditoria interna da Companhia e dos auditores externos, e (v) das atividades de gerenciamento de riscos e de controles internos.

É responsabilidade da Administração a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as leis e regulamentos vigentes no Brasil, a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade das informações financeiras, bem como, as de controles e gerenciamento de riscos.

As avaliações do Comitê são efetuadas com base nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento dos controles internos e de riscos, além de suas próprias análises.

1. Atividades do Comitê

No decorrer do exercício de 2014, o Comitê desenvolveu as seguintes atividades, cujos temas e discussões abordados, foram:

a. Discussão dos procedimentos operacionais e do status do plano de trabalho do Comitê;

b. Auditoria Interna – discussão do plano de trabalho para o exercício de 2014 e dos relatórios emitidos;

c. Auditoria Externa – discussão do plano de trabalho e dos aspectos relacionados aos procedimentos de independência e qualificação dos Auditores Externos, bem como, dos relatórios emitidos e dos resultados alcançados decorrentes da auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2014;

d. Controladoria – discussão dos processos de contabilização, avaliação das estimativas contábeis, consistência dos saldos contábeis e dos relatórios gerenciais;

e. Revisão das demonstrações financeiras do exercício de 2014.

2. Auditoria Interna

O Comitê apreciou o plano de trabalho desenvolvido pela auditoria interna para o exercício de 2014 e os relatórios gerados. O Comitê considera que os trabalhos propostos e realizados pela auditoria interna para o exercício de 2014, mostram-se suficientes.

3. Auditoria Externa

O Comitê avaliou que os trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos da Companhia, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, foram adequados para suportar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2014.

4. Controladoria

Os processos de contabilização das principais operações são altamente automatizados, havendo pouca intervenção manual. Os saldos contábeis são conciliados com os registros auxiliares e não foram apuradas diferenças significativas, o que permite assegurar a sua consistência. As estimativas contábeis são feitas de acordo com critérios usualmente aceitos.

5. Demonstrações Financeiras

O Comitê revisou as demonstrações financeiras da Companhia relativa ao exercício de 2014, bem como os respectivos relatórios da Administração.

6. Conclusão

Com base nas atividades desenvolvidas, conforme acima exposto, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração da Zurich Brasil Capitalização S.A. a aprovação das demonstrações financeiras, relativas ao exercício de 2014.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015.

Membros

Edson Saraiva João Aldemir Dornelles Julio Bierrenbach

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Acionistas e Administradores da

Zurich Brasil Capitalização S.A.

Examinamos as provisões registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da **Zurich Brasil Capitalização S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2014, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo e da solvência, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima. Os

continua …

imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

Zurich Brasil Capitalização S.A.

Continuação do Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Sociedade, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria atuarial obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Zurich Brasil Capitalização S.A.** em 31 de dezembro de 2014, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo-SP – Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19 – CIBA 105
Carlos Eduardo Silva Teixeira – MIBA 729

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Zurich Brasil Capitalização S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Zurich Brasil Capitalização S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Brasil Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015

pwc **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes**
CRC 2SP 000.160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador
CRC 1SP 127.241/O

Ouvidoria
Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por qualidade total e transparência, com um canal direto de comunicação com a sociedade.

www. imprensaoficial.com.br

io | ouvidoria
ouvidoria@imprensaoficial.com.br
Rua da Mooca, 1921
Cep: 03103 - 902 São Paulo

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente